

MAR
GEM
ES
QUER
DA

REVISTA DA BOITEMPO

36 1º SEMESTRE, 2021



Copyright © Boitempo, 2021
Margem Esquerda – revista da Boitempo n. 36

Editores

Ivana Jinkings e Artur Renzo

Assistência editorial

Thais Rimkus, Camila Lie e Pedro Davoglio

Editor de imagens

Francisco Klinger Carvalho

Editor de poesia

Flávio Wolf de Aguiar

Preparação

Mariana Echalar

Revisão

Fernanda Lobo

Capa

Artur Renzo e Natasha Weissenborn

Imagens da capa e miolo

Guto Lacaz

Linha de luz [cena da Eletro Performance], 2008, foto Edson Kumasaka (capa); Maquininha, 1970, foto Rômulo Fialdini (segunda capa); Paik Line, 2018, foto Edson Kumasaka (terceira capa); Asa, 1989, foto Rômulo Fialdini (quarta capa); Eletro Espero Espaço, 1987/2016, foto Edson Kumasaka (p. 6); Volta dada, 2010, foto Edson Kumasaka (p. 24); Relógio para perder a hora – tic tac, 2000, foto Edson Kumasaka (p. 25); Óleo Maria à procura da salada, 1982, foto Rômulo Fialdini (p. 32); Gravidade/ relatividade, 2000, foto Edson Kumasaka (p. 40); High tegg, 1987, foto Rômulo Fialdini (p. 47); A terceira margem do rio, 1998, foto Jorge's Estudio (p. 53); Rádios pescando, 1986, foto Rômulo Fialdini (p. 54); Pororoca, 2014, foto Edson Kumasaka (p. 160).

Projeto gráfico e diagramação

Antonio Kehl

Coordenação de produção

Lívia Campos

Impressão e acabamento

Rettec

ISSN 1678-7684

número 36: abril de 2021

É vedada a reprodução de qualquer parte
desta revista sem a expressa autorização da editora.

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373 – Sumarezinho

CEP 05442-000 São Paulo – SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3872-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.blogdaboitempo.com.br

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editorabotitempo

www.youtube.com/tvboitempo

MARGEM QUERIDA

REVISTA DA BOITEMPO

36 1º SEMESTRE, 2021

Comitê de redação deste número

Alysson Leandro Mascaro • Antonio Carlos Mazzeo • Artur Renzo •
Fabio Mascaro Querido • Fernando Garcia • Ivana Jinkings • Luiz Bernardo
Pericás • Luiz Felipe Osório • Maria Lygia Quartim de Moraes •
Pedro Davoglio • Rodrigo Castelo

Conselho editorial

Afrânio Mendes Catani • Boaventura de Sousa Santos • Emir Sader • Heloísa Fernandes
• João Alexandre Peschanski • José Paulo Netto • Maria Lygia Quartim de Moraes •
Maria Orlando Pinassi • Michael Löwy • Paulo Arantes • Paulo Barsotti • Ricardo
Antunes • Roberto Schwarz • Slavoj Žižek

Em memória

Carlos Nelson Coutinho • Emília Viotti da Costa • Francisco de Oliveira • István
Mészáros • Jacob Gorender • Leandro Konder • Mario Duayer •
Miguel Urbano Rodrigues

Conselho de colaboradores

Alexandre Linares • Angélica Lovatto • Antonino Infracra • Antônio Ozáí da Silva
• Antonio Rago • Caio Antunes • Camilo Caldas • Can robert Costa Neto • Carla
Ferreira • Carlos Eduardo Martins • Carlos Serrano Ferreira • Cláisse Castilhos •
Claudia Mazzei Nogueira • Edilson Gracioli • Fabio Mascaro Querido • Fernando
Coltro Antunes • Fernando Marcelino • Gaudêncio Frigotto • Geraldo Augusto Pinto
• Gilberto Maringoni • Henrique Amorim • Isabella Marcatti • Isleide Fontenelle •
Jair Pinheiro • Jesus Ranieri • João dos Reis Silva Jr. • João Sette Whitaker • Jonathan
Erkert • Jorge Grespan • José Luís Fiori • Kim Wilheim Doria • Liliana Segnini •
Lincoln Secco • Luciano Vasapollo • Lúcio Flávio Almeida • Luiz Ismael • Marcelo
Ridenti • Marco Aurélio Santana • Maria Lúcia Barroco • Mathias Luce • Maurício
Gonçalves • Milton Pinheiro • Nélia Schneider • Otília Arantes • Paula Marcelino
• Paulo Denisar Fraga • Plínio de Arruda Sampaio Jr. • Roberto Leher • Rodrigo
Castelo • Ronaldo Gaspar • Rosane Borges • Ruy Braga • Silvio Luiz de Almeida
• Sofia Manzano • Victor Hugo Klagsbrunn • Virgínia Fontes • Wolfgang Leo Maar

contato: margemesquerda@boitempoeditorial.com.br

Neofeudalismo: o fim do capitalismo?*

JODI DEAN

I.

Em *Capital Is Dead* [O capital está morto], McKenzie Wark pergunta: e se não estivermos mais vivendo no capitalismo, mas em algo pior? A questão é sacrílega, provocadora, inquietante, pois força os anti-capitalistas a encarar um apego ao capitalismo que até então passara despercebido. O comunismo deveria vir depois do capitalismo e não está aqui. Isso significa que continuamos no capitalismo? Ao permanecer incontestado, esse pressuposto dificulta a análise política. Se rejeitamos o determinismo histórico estrito, deveríamos ser capazes de considerar a possibilidade de o capitalismo ter se transformado em algo qualitativamente diferente. A pergunta de Wark nos convida a um exercício intelectual: que tendências atuais indicam que o capitalismo está se transformando em algo pior?

Ao longo da última década, o termo “neofeudalismo” surgiu para nomear tendências associadas à extrema desigualdade, à precariedade generalizada, ao poder monopolizador e às mudanças no âmbito do Estado. Com base na ênfase dada pelo economista libertário Tyler Cowen à permanência da extrema desigualdade na economia global e automatizada, o geógrafo conservador Joel Kotkin prevê uma realidade de servidão em massa nos Estados Unidos. Uma subclasse sem propriedades sobreviverá como *personal assistants*, *personal trainers*,

* Publicado originalmente em inglês na *Los Angeles Review of Books*, 12 maio 2020. Tradução de Cecília Brancher. (N. E.)

babás, cozinheiros, faxineiros etc., atendendo às necessidades de uma classe de alta renda. De acordo com Kotkin, a única maneira de evitar esse pesadelo neofeudal é desregulamentando e subsidiando os setores que apresentam altas taxas de emprego e possibilitam o “*American way of life*”, com suas estradas largas e casas de subúrbio: construtoras e incorporadoras; petróleo, gás e automóveis; e o grande agronegócio. Ao contrário de Friedrich Hayek, para o qual o socialismo é assombrado pelo espectro da servidão, Kotkin localiza o adversário no interior do próprio capitalismo. Tecnologia de ponta, finanças e globalização estão criando “uma nova ordem social que, em alguns aspectos, assemelha-se mais à estrutura feudal – com suas barreiras à mobilidade – do que à caótica emergência do capitalismo industrial”. Nesse imaginário libertário/conservador, o feudalismo ocupa o lugar de inimigo que antes era ocupado pelo comunismo. Contudo, o risco de centralização e a ameaça à propriedade privada são os elementos ideológicos que permanecem os mesmos.

Diversos comentaristas especializados em tecnologia concordam com a crítica libertária/conservadora ao papel da tecnologia na feudalização contemporânea, embora excluam os combustíveis fósseis e os subúrbios. Em 2010, o guru da tecnologia Jaron Lanier, em seu influente livro *Gadjet: você não é um aplicativo!**, apontou o surgimento de vassalos e senhores da internet. O tema ganhou destaque à medida que um punhado de empresas de tecnologia se tornava cada vez mais rico e extrativo, com mão de obra barata, trabalho gratuito de usuários e incentivos fiscais concedidos por municípios desesperados para atrair empregos. Apple, Facebook, Microsoft, Amazon e Alphabet (que controla o Google) valem juntos mais do que a maioria dos países do mundo (exceto Estados Unidos, China, Alemanha e Japão). A escala econômica e o impacto dessas supergigantes ou soberanas da tecnologia são maiores do que os da maioria dos chamados Estados soberanos. Evgeny Morozov descreve o domínio dessas empresas como uma “forma hipermoderne de feudalismo”.¹

Albert-László Barabási explicou os processos que sustentam o neofeudalismo em sua análise da estrutura de redes complexas, isto é, redes caracterizadas pela escolha livre, crescimento e vinculação preferencial. São redes em que os usuários fazem voluntariamente

* Trad. Cristina Yamagami, São Paulo, Saraiva, 2010. (N. E.)

¹ Evgeny Morozov, “Tech titans are busy privatising our data”, *The Guardian*, 24 abr. 2016. (N. E.)

links ou escolhas. O número de links por website aumenta com o tempo e os usuários passam a gostar de determinadas coisas porque outros gostam (o sistema de recomendação da Netflix, por exemplo, baseia-se nessa premissa). A distribuição de links em redes complexas obedece a uma lei de potência segundo a qual o item mais popular geralmente tem duas vezes mais acessos ou links do que o segundo mais popular, que por sua vez tem duas vezes mais acessos do que o terceiro e assim por diante, até a diferença se tornar insignificante entre os elementos da longa cauda da curva de distribuição. O efeito de “o vencedor leva tudo”, ou “o vencedor leva a maioria”, é a forma que a distribuição adquire conforme a lei de potência. Quem está no topo tem significativamente mais do que quem está na base. A forma que a distribuição assume não é uma curva em sino, mas uma longa cauda: poucos bilionários, um bilhão de trabalhadores precários. A estrutura de redes complexas convida à inclusão: quanto mais itens na rede, maior a recompensa para quem está no topo. Também induz à competição – por atenção, recursos, dinheiro, empregos, enfim, tudo o que possa assumir a forma de rede. E, por fim, leva à concentração. Logo, o resultado da livre escolha, do crescimento e do vínculo preferencial é hierarquia e distribuição conforme a lei de potência: quem está no topo tem muito mais do que quem está na base.

A distribuição conforme a lei de potência não é inevitável. Pode ser evitada, mas para isso é necessário que haja vontade política e poder institucional, e as políticas neoliberais do século XX se esforçaram para criar condições que, ao invés de impedir, facilitam a livre escolha, o crescimento e o vínculo preferencial.

O livro *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism* [Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo], de Quinn Slobodian, descreve a estratégia neoliberal de minar a autoridade do Estado-nação sobre a sua economia com o interesse de promover o comércio global. Ameaçados pelas demandas organizadas das nações pós-coloniais do Sul global (reparação, soberania sobre recursos naturais, estabilização dos preços das *commodities* e regulamentação das empresas transnacionais), os neoliberais na década de 1970 buscaram “contornar a autoridade dos governos nacionais”. Defendiam uma abordagem multinível da regulamentação, um federalismo competitivo que permitia ao capital disciplinar os governos, enquanto ele próprio permanecia imune ao controle democrático. Nas palavras de Hans Willgerodt, um dos neoliberais estudados por Slobodian, o federalismo competitivo exigia que o

Estado “compartilhasse sua soberania em sentido descendente com as estruturas federais e, em sentido ascendente, se vinculasse a uma comunidade jurídica internacional”.

Em seu livro *Capitalism on Edge* [Capitalismo no limite], Albena Azmanova enfoca não as origens do neoliberalismo, mas como o neoliberalismo deu origem a um novo capitalismo cuja marca é a precariedade. Políticas que deram impulso à desregulamentação e ao livre comércio global tiveram resultados inesperados. O mercado global passou de um sistema de “economias nacionais integradas por acordos comerciais para um sistema de redes de produção transnacionais”. Manter a competitividade das economias nacionais tornou-se uma preocupação política central em razão da contribuição incerta e pouco transparente das redes de produção transnacionais às economias nacionais. A competitividade substituiu a concorrência e o crescimento como metas dos Estados, levando-os a priorizar não a igualdade de condições e o desmantelamento de monopólios, mas “o apoio a atores econômicos específicos – aqueles com boas condições de apresentar bons desempenhos na competição global por lucros”. Reconhecendo que o setor privado sempre se beneficiou de fundos públicos, Azmanova dá ênfase à novidade dessa forma de capitalismo na qual “o poder público escolhe a dedo as empresas às quais vai conceder tal privilégio”. Os Estados não intervêm para quebrar monopólios: eles os criam e premiam.

A concentração monopolista, a intensificação da desigualdade e a sujeição do Estado ao mercado transformaram a acumulação capitalista de tal forma que hoje ela ocorre tanto por meio do rentismo, do endividamento e da coerção como pela produção de mercadorias. Azmanova assinala que a privatização de setores da economia relativamente imunes à competição – energético, ferroviário e de banda-larga – deu a essas empresas “*o status* privilegiado de rentistas”. Globalmente, nas indústrias de conhecimento e tecnologia, a receita proveniente dos direitos de propriedade intelectual é maior que a receita vinda da produção de bens. Nos Estados Unidos, os serviços financeiros contribuem mais para o PIB do que os bens manufaturados. O capital não é reinvestido na produção; ele é consumido e redistribuído na forma de investimentos financeiros e rendimentos. Os processos de valorização se espalharam para muito além das fábricas, em circuitos complexos, especulativos e instáveis, cada vez mais dependentes de vigilância, coerção e violência. O capitalismo está se transformando em neofeudalismo.

II.

O neofeudalismo não implica que o atual capitalismo comunicativo ou em rede reproduz tais quais todas as características do feudalismo europeu. Ele não o faz. Na verdade, como demonstraram os historiadores, a própria ideia de um feudalismo europeu único é falsa. Feudalismos diferentes desenvolveram-se ao longo do continente em resposta a diferentes estímulos. Enxergar o capitalismo contemporâneo em termos de tendências feudalizantes joga luz sobre uma nova estrutura socioeconômica com quatro características interligadas: soberania parcelada, novos senhores e servos, *hinterlandization* e catastrofismo.

Soberania parcelada

Os historiadores Perry Anderson e Ellen Meiksins Wood consideram o parcelamento da soberania uma característica-chave do feudalismo europeu. A sociedade feudal surgiu quando a administração imperial romana “foi substituída por uma colcha de retalhos formada por jurisdições nas quais as funções do Estado eram vertical e horizontalmente fragmentadas”. Arranjos locais que assumiam uma variedade de formas, inclusive relações contratuais entre senhores e reis e entre senhores e vassalos, acabaram suplementando a administração regional. A arbitragem substituiu o Estado de direito. A fronteira entre legalidade e ilegalidade tornou-se mais tênue. A autoridade política e o poder econômico se misturaram, à medida que os senhores feudais passaram a extrair um excedente dos camponeses por meio de coerção legal – em parte, porque eles próprios decidiam a lei aplicável aos servos sob a sua jurisdição. Wood assinala que “o efeito foi uma combinação de exploração privada do trabalho com função pública de administração, jurisdição e fiscalização”².

Sob o neofeudalismo, o caráter diretamente político da sociedade se reafirma. Instituições financeiras globais e plataformas de tecnologia digital usam as dívidas para redistribuir a riqueza dos mais pobres do mundo para os mais ricos. Os Estados-nação promovem e protegem corporações privadas específicas. O poder político é exercido com e como poder econômico, não apenas por meio de impostos, como também de multas, penhores, confisco de ativos, licenças, patentes, jurisdições e fronteiras. Ao mesmo tempo, o poder econômico protege contra as leis do Estado aqueles que o detêm. Dez por cento da

² Ellen Meiksins Wood, *Citizens to Lords: A Social History of Western Political Thought From Antiquity to the Late Middle Ages* (Londres, Verso, 2011), p. 166 e 168. (N. E.)

riqueza global está acumulada em contas *offshore* para evitar tributação. Cidades e Estados se relacionam com empresas como Apple, Amazon, Microsoft, Facebook e Google/Alphabet como se estas fossem Estados soberanos – tentando atraí-las para negócios e cooperações nos termos por elas ditados. Municípios carentes lançam mão de elaborados sistemas de multas e sanções para expropriar dinheiro da população, o que impacta principalmente os mais pobres. Em *Punishment Without Crime* [Punição sem crime], Alexandra Natapoff retrata a dimensão dramática da Lei de Contravenções³ no já enorme sistema carcerário dos Estados Unidos. Pessoas pobres, em sua grande maioria não brancas, são presas sob acusações falsas e convencidas a não contestar as acusações e se declarar culpadas para evitar pena de prisão. A confissão de culpa não apenas fica registrada no histórico dessas pessoas, como as sujeita a pagar multas que levam a mais taxas e mais multas caso deixem de pagá-las. No contexto dos protestos de Ferguson (Missouri), após o assassinato de Michael Brown, vislumbramos um pouco desse sistema de “ilegalidades legais” e “administração injusta da justiça”: “O tribunal municipal e o aparato policial abertamente extraíram milhões de dólares da população afro-americana de baixa renda”. A polícia foi instruída “a realizar prisões e emitir notificações de forma a aumentar as receitas”.⁴ Como lacaios de senhores feudais, fizeram uso da coerção para expropriar valor do povo.

Novos servos e senhores

As relações feudais são caracterizadas por uma desigualdade fundamental que permite a exploração direta dos servos pelos senhores feudais. Perry Anderson compara a exploração dos monopólios aos moinhos controlados pelo senhor: os servos eram obrigados a moer os grãos que colhiam no moinho do senhor feudal, um serviço pelo qual deveriam pagar. Assim, os camponeses não só ocupavam e cultivavam terras que não eram suas, como também viviam sob condições em que o senhor feudal era, como diz Marx, “condutor e dominador do processo de produção e do processo inteiro da vida social”*. Ao contrário do capitalista cujo lucro reside no mais-valor gerado pelo

³ Relativa a delitos leves. (N. T.)

⁴ Alexandra Natapoff, *Punishment Without Crime: How Our Massive Misdemeanor System Traps the Innocent and Makes America More Unequal* (Nova York, Basic Books, 2018). (N. E.)

* Karl Marx, *O capital. Crítica da economia política*. Livro III: *O processo global da produção capitalista* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2014), p. 946. (N. E.)

trabalhador assalariado ao produzir mercadorias, o senhor extrai valor pelo monopólio, pela coerção e pela renda⁵.

As plataformas digitais são os novos moinhos, seus proprietários bilionários são os novos senhores e seus milhares de trabalhadores e bilhões de usuários são os novos servos. As empresas de tecnologia empregam uma porcentagem relativamente baixa da força de trabalho, mas o resultado tem sido tremendo, remodelando setores inteiros ligados à aquisição, extração e distribuição de dados. Menores contingentes de força de trabalho são um indicativo da tendência neofeudalizante da tecnologia digital. A acumulação de capital ocorre menos pela produção de mercadorias e pelo trabalho assalariado do que por meio de serviços, rendas, licenças, taxas, trabalho não remunerado (com frequência disfarçado de colaboração) e dados, considerados um recurso natural. Na posição de intermediárias, as plataformas são a razão da atividade dos usuários, a condição para que as interações ocorram. O Google possibilita ao usuário encontrar informações em um ambiente denso e mutável. A Amazon lhe permite localizar itens facilmente, comparar preços e realizar compras de fornecedores conhecidos e também de desconhecidos. A Uber permite que estranhos compartilhem corridas. A Airbnb faz o mesmo em relação a casas e apartamentos. Tudo isso é possibilitado por uma imensa geração e circulação de dados. As plataformas não apenas dependem dos dados como os produzem. Quanto mais as pessoas utilizam essas plataformas, mais efetivas e poderosas elas se tornam, inclusive transformando o vasto ambiente do qual fazem parte.

As plataformas são duplamente extractivas. Diferentemente dos moinhos, que os servos não tinham escolha se não utilizar, as plataformas não apenas se colocam de maneira que sua utilização seja necessária (como bancos, cartões de crédito, celulares e estradas), como ainda geram dados para os seus proprietários. Os usuários não apenas pagam pelo serviço oferecido pela plataforma, como a plataforma coleta os dados gerados pelo uso desse serviço. As plataformas em “nuvem”, por exemplo, geram rendas e dados. Os exemplos mais extremos são a Uber e a Airbnb, que recebem renda sem ter a propriedade do carro ou do imóvel, apenas contando com uma mão de obra terceirizada responsável por sua própria manutenção, treinamento e meios de trabalho. O carro de alguém não é para transporte pessoal, mas para

⁵ Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao feudalismo* (trad. Renato Prelorentzou, São Paulo, Editora da Unesp, 2016). (N. E.)

ganhar dinheiro. O apartamento de alguém não é um lugar para morar, mas um lugar para alugar. Itens de consumo são reconfigurados como meios de acumulação, à medida que os bens pessoais se transformam em instrumentos de acumulação de capital e dados para os senhores das plataformas Uber e Airbnb. Essa tendência de tornar-se servo, ou seja, tornar-se dono de meios de produção cujo trabalho serve para aumentar o capital do proprietário da plataforma, é neofeudal.

Os gigantes da tecnologia são extrativos. Assim como tantas outras reivindicações tributárias, suas isenções fiscais tiram dinheiro das comunidades. A simples presença delas eleva os aluguéis e o preço dos imóveis, o que leva à exclusão dos pequenos negócios e populações de baixa renda. O estudo de Shoshana Zuboff sobre o “capitalismo de vigilância” traz à tona uma outra dimensão do feudalismo tecnológico: o serviço militar. Como os senhores diante dos reis, Facebook e Google cooperam com Estados poderosos, compartilhando as informações que esses Estados estão legalmente impedidos de coletar⁶. De modo geral, a dimensão extractiva das tecnologias de rede é agora generalizada, invasiva e inevitável. O presente não é literalmente uma era de servos e senhores. No entanto, a distância entre ricos e pobres está aumentando, graças a uma arquitetura jurídica que protege as corporações e proprietários, enquanto empobrece e encarcela as classes baixas e trabalhadora.

*Hinterlandization**

Um terceiro traço do neofeudalismo é a espacialidade associada ao feudalismo, caracterizada pela existência de centros protegidos, geralmente efervescentes, cercados por um conjunto de terras agrícolas e descampados. Podemos caracterizar essa divisão como cidade e campo, áreas municipais e zonas rurais, comunas urbanas rodeadas de campo ou, mais abstratamente, um interior blindado do exterior, uma divisão entre o que é seguro e o que está em risco, quem prospera e quem está desesperado. Wood diz que as cidades medievais eram essencialmente oligarquias “com classes dominantes que enriqueciam no comércio e na prestação de serviços financeiros a reis, imperadores

⁶ Shoshana Zuboff, *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* (trad. George Schlesinger, São Paulo, Intrínseca, 2021).

* A autora dá ao termo “hinterlandization” o sentido de uma perda da capacidade geral de produção e reprodução da vida, associada à superlotação e à gentrificação das cidades e ao abandono e desamparo das regiões externas aos grandes centros urbanos e industriais. (N. T.)

e papas. Coletivamente, elas dominavam o campo circundante [...] de onde extraíam riqueza de uma forma ou de outra⁷. Fora das cidades havia nômades e migrantes que, enfrentando condições insuportáveis, procuravam novos lugares para viver e trabalhar, ainda que muitas vezes se defrontassem com muralhas.

As *hinterlands* dos Estados Unidos são locais de perda e desmantelamento, onde fantasias de um passado capitalista florescente podem por um tempo ter dado a alguns a esperança de que as suas vidas e a de seus filhos poderiam verdadeiramente melhorar. Remanescentes de um capitalismo industrial que os trocou por mão de obra mais barata, as *hinterlands* são zonas propícias para a exploração intensa do neofeudalismo. Não mais produzindo coisas, a população dessas regiões sobrevive do trabalho em armazéns, *call centers*, lojas de artigos baratos e *fast-foods*. Phil A. Neel, em seu livro mais recente, *Hinterland*, observa a presença de padrões entre China, Egito, Ucrânia e Estados Unidos. Todos são locais com terras desoladas e abandonadas e cidades superlotadas.

Politicamente, a situação trágica das *hinterlands* se manifesta nos movimentos daqueles que estão fora das cidades, movimentos ora em torno de questões ambientais (contra o fraturamento hidráulico (*fracking*) e a construção de gasodutos), ora em torno da privatização e da desapropriação de terras, ora em torno da redução de serviços (contra o fechamento de escolas e hospitais). Nos Estados Unidos, a pauta das armas opõe as regiões interioranas às zonas urbanas. Também se pode observar como a divisão entre *hinterlands* e municípios se reinscreve nas próprias cidades. Esse processo se manifesta tanto no abandono quanto na erradicação e na grilagem de áreas pobres em benefício da gentrificação capitalista. Quanto mais rica a cidade, mais pessoas em situação de rua ela tem – pense-se em São Francisco, Seattle, Nova York ou Los Angeles.

A crescente atenção dada à reprodução social é uma reação ao processo de “*hinterlandization*”, isto é, à perda da capacidade geral de produção e reprodução da vida. Isso fica evidente no aumento das taxas de suicídio, ansiedade e dependência química, na diminuição das taxas de natalidade e expectativa de vida e, nos Estados Unidos, na autodestruição psicótica da sociedade por meio de tiroteios em massa. Esse processo aparece também no colapso das infraestruturas,

⁷ Ellen Meiksins Wood, *Citizens to Lords*, cit., p. 172. (N. E.)

na água imprópria para o consumo e no ar irrespirável. As *hinterlands* estão inscritas na terra e no corpo das pessoas. Com o fechamento de hospitais e escolas, e com a diminuição da oferta de serviços básicos, a vida se torna mais desesperadora e incerta.

Catastrofismo

Finalmente, o neofeudalismo traz a insegurança e a ansiedade típicas da avassaladora sensação de catástrofe. Há boas razões para nos sentirmos inseguros. A catástrofe da expropriação capitalista do mais-valor no contexto de um planeta extremamente desigual e em processo de aquecimento é real.

Uma ideologia neofeudal vaga e mística, que articula e amplifica a insegurança apocalíptica, parece estar tomando forma na nova adesão ao ocultismo, ao tecnopaganismo e ao antimoderno (por exemplo, o junguianismo místico de Jordan Peterson e a geopolítica mítica de Atlântida e Hiperbórea de Alexander Dugin). Também se observa a ascensão dos neorreacionários do setor da tecnologia, como o bilionário fundador do PayPal, Peter Thiel, que defende que a liberdade é incompatível com a democracia. Em uma palestra proferida em 2012, Thiel explicou a conexão entre o feudalismo e as *startups* de tecnologia: “Nenhum fundador ou CEO tem poder absoluto. E mais, aquela é a estrutura arcaica feudal. As pessoas atribuem a quem está no topo todo tipo de poder e de habilidade e, depois, o culpam se e quando as coisas dão errado”. Assim como outros capitalistas do Vale do Silício, Thiel está preocupado em proteger sua fortuna dos inconvenientes democráticos, por isso defende estratégias de êxodo e de isolamento, como viver no oceano ou colonizar o espaço, ou o que for preciso para resguardar sua fortuna contra os impostos. O capitalismo extremo passa à descentralização radical do neofeudalismo.

Para aqueles que se encontram do outro lado do abismo neofeudal, a ansiedade e a insegurança são enfrentadas menos por ideologia do que por opioides, álcool e comida, ou qualquer coisa que anestesie a dor do trabalho enfadonho, irracional, sem sentido ou desesperançado. Emily Guendelsberger descreve o estresse causado pela constante vigilância tecnológica no trabalho – o risco de ser demitido por chegar alguns segundos atrasado, por não cumprir as metas, por ir muitas vezes ao banheiro. Trabalhos repetitivos, com pouco controle e alto nível de estresse, como aqueles associados ao trabalho monitorado digitalmente, estão diretamente relacionados a “depressão e ansiedade”. Cronogramas e horários indefinidos, louvados como “flexíveis”,

pagamentos incertos, visto que o roubo de salário é onipresente, são estressantes, sufocantes. O catastrofismo neofeudal pode ser individual, familiar ou local. Preocupar-se com as mudanças climáticas é difícil quando se vive uma catástrofe que se estende por gerações.

III.

Qual é a vantagem de enxergarmos o atual capitalismo precário como pós-capitalista, neofeudal? Para conservadores como Kotkin, a hipótese neofeudal os ajuda a identificar o que eles desejam defender: o capitalismo baseado no carbono e o *American way of life*, e o que precisam combater: o segmento da elite capitalista que vem enriquecendo à custa da classe média, nomeadamente os empresários da tecnologia verde e seus aliados no setor financeiro. O neofeudalismo é parte de um diagnóstico que visa atrair o apoio da classe trabalhadora para uma fração específica da classe capitalista, a saber, a dos combustíveis fósseis, do setor imobiliário e do agronegócio.

Para a esquerda, o neofeudalismo permite compreender o conflito político primário como decorrência do neoliberalismo. O grande embate hoje não é entre democracia e fascismo. Embora popular entre os liberais, essa formulação faz pouco sentido diante do poder das oligarquias – financistas, magnatas da mídia e do setor imobiliário, bilionários do carbono e da tecnologia. Considerar nosso presente em termos de democracias ameaçadas pela ascensão do fascismo desvia a atenção do papel fundamental que o capitalismo comunicativo, e globalmente conectado, tem na exacerbação da raiva e do descontentamento popular. O que está por trás da politização à direita é a economia: redes complexas levam a desigualdades extremas, a distribuições do tipo “o vencedor leva tudo” ou “o vencedor leva a maioria”. A guinada à direita responde a esse aprofundamento da desigualdade. Quando a esquerda está fraca, ou impedida de se manifestar politicamente pela mídia tradicional e pelos partidos políticos capitalistas, a revolta popular se expressa por meio dos que estão dispostos a atacar o sistema. No presente, estes são a extrema direita. Pensar em termos de neofeudalismo nos leva a considerar o impacto da extrema desigualdade econômica na sociedade política e nas instituições. Faz com que nos defrontemos com o fato de que os bilionários acumulam trilhões de dólares em ativos financeiros e se protegem em enclaves, enquanto milhões se tornam refugiados climáticos e centenas de milhões se veem sem perspectivas de vida, lutando cada vez mais para apenas sobreviver.

A aposta do neofeudalismo também sinaliza uma mudança nas relações de trabalho. A social-democracia tinha como premissa um acordo entre trabalho e capital. O movimento trabalhista organizado em grande parte do Norte global entregou uma classe trabalhadora cooperativa, em troca de condições de vida mais favoráveis. A derrota do movimento trabalhista e o subsequente desmantelamento do Estado de bem-estar social deveria ter mostrado de uma vez por todas a falência de uma estratégia que requer uma conciliação com a exploração capitalista. Alguns socialistas ainda esperam um capitalismo mais gentil e amigável – como se os capitalistas fossem ceder apenas para ser legais, como se também não estivessem submetidos à lógica de mercado que torna as recompras de ações mais atraentes que o investimento em produção. A hipótese neofeudal nos diz que qualquer luta trabalhista que tenha como premissa a continuação do capitalismo já está condenada. O capitalismo já se tornou algo pior.

Nas economias do Norte global, a maioria da população trabalha no setor de serviços. Algumas pessoas se deram conta de que seus celulares, bicicletas, carros e casas perderam o caráter de bens pessoais e se transformaram em meios de produção ou meios de geração de renda. Presos às plataformas de terceiros, itens de consumo e meios de subsistência são meios de acumulação dos proprietários da plataforma. A maioria de nós faz parte de uma classe baixa que não possui bens imóveis e sobrevive da prestação de serviços aos que possuem muito dinheiro. Um relatório do Bureau of Labor Statistics [Secretaria de Estatísticas do Trabalho] aponta que, nos próximos dez anos, a ocupação que mais gerará emprego é a de auxiliar de cuidados pessoais, não trabalhadores da saúde, mas pessoas que dão banho, limpam e cuidam da higiene pessoal de terceiros. O fato de a classe dominante depender de um vasto rol de empregados – faxineiros, cozinheiros, lojistas, caixas, entregadores, estoquistas etc. –, sugere novos espaços de luta, pontos de fraqueza onde os trabalhadores podem exercer poder. Greves de enfermeiros, de trabalhadores da Amazon etc. atingem as necessidades dos ricos, porque bloqueiam o acesso aos seus meios de sobrevivência. Se as lutas trabalhistas no interior do capitalismo priorizavam o momento da produção, sob o neofeudalismo elas atingem a prestação de serviços.

Finalmente, o neofeudalismo nos permite identificar uma debilidade primária na esquerda contemporânea: as ideias de esquerda mais difundidas são aquelas que mais reafirmam do que contestam o neofeudalismo. O localismo incentiva a parcelização. A abordagem

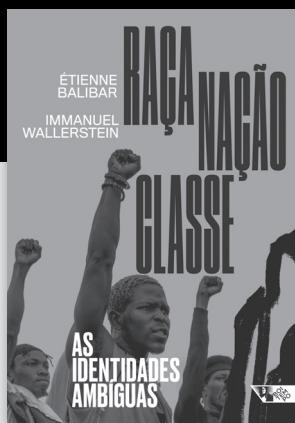
das tecnologias e das plataformas reforça a hierarquia e a desigualdade. O municipalismo fortalece a divisão urbano-rural associada ao processo de formação de *hinterlands*. A ênfase na subsistência e na sobrevivência funciona como se a economia agrícola fosse plausível não apenas para a metade urbana do planeta (incluindo 82% dos norte-americanos e 74% dos europeus), mas também para os milhares de deslocamentos forçados pelas mudanças climáticas, guerras e grilagem de terras. Muitos dos que vivem em *hinterlands*, enfrentam condições políticas, culturais, econômicas e climáticas que os impedem de sobreviver do trabalho agrícola. A Renda Básica Universal é uma estratégia de sobrevivência insustentável. Promete apenas o suficiente para manter os que vivem em *hinterlands* e mal dá para pagar o aluguel dos que moram nas cidades. O catastrofismo se transforma numa negatividade de moda que deprecia a esperança e o esforço, como se os próximos cem anos ou mais não tivessem importância.

Juntas, essas ideias de esquerda apontam para um futuro de pequenos grupos engajados na agricultura de subsistência e na produção de queijo artesanal, talvez nas bordas das cidades, onde enclaves de sobrevivência e operadores de *drones* realizam experiências conjuntas com jardins urbanos. Esses agrupamentos reproduzem suas vidas em conjunto, ainda que necessariamente em pequena escala e, em certo sentido, de forma exclusiva e elitista: exclusiva na medida em que são quantitativamente limitados e elitista porque suas aspirações são culturalmente específicas, em vez de generalizadas.

Longe de uma visão ancorada na emancipação de uma classe trabalhadora multinacional exercendo uma ampla variedade de trabalho remunerado, mal remunerado e não remunerado, as recapitulações do neofeudalismo pela esquerda popular não conseguem ver uma classe trabalhadora. Quando a esquerda imagina o trabalho – e alguns esquerdistas acreditam que devemos adotar um “imaginário pós-trabalho” –, ela tem a imagem ou de uma agricultura romantizada e sem riscos, ou um trabalho baseada na tecnologia, um “trabalho imaterial”. Até agora, as denúncias sobre o trabalho extenuante nos *call centers*, sem mencionar o trabalho traumático de monitoramento de websites (como Facebook) para identificar conteúdos ilícitos e perturbadores, tornaram incontestável a inadequação da ideia de “trabalho imaterial”. Deveria ser igualmente evidente que o imaginário pós-trabalho também invisibiliza a produção e a manutenção de infraestruturas, a ampla variedade de trabalho necessária para a reprodução social e a estrutura estatal subjacente.

A hipótese neofeudal nos permite ver tanto o apelo quanto a debilidade das ideias da esquerda. Elas têm apelo porque fazem eco à noção predominante. E são débeis porque essa noção predominante é uma expressão de tendências ao neofeudalismo.

Assim como as relações feudais persistiram sob o capitalismo, as relações capitalistas de produção e exploração continuam sob o neofeudalismo. A diferença é que as dimensões não capitalistas da produção – expropriação, dominação e coerção – tornaram-se tão fortes que não faz mais sentido postular atores livres e iguais no mercado de trabalho, sequer como ficção. Isso significa que o rentismo e o endividamento aparecem tanto ou mais na acumulação que no lucro, e que o trabalho excede cada vez mais a relação salarial. O que acontece quando o capitalismo é global? Ele gira em torno de si mesmo, gerando e extraíndo recursos da vida humana através das redes digitais e da mídia personalizada em massa. Essa autofagia produz novos senhores e servos, grandes fortunas e extrema desigualdade, além de soberanias parceladas que asseguram a desigualdade enquanto muitos vagam e definharam nas *hinterlands*.



tradução Wanda Caldeira Brant
orelha Silvio Luiz de Almeida
capa Maikon Nery
304 páginas

RAÇA, NAÇÃO, CLASSE AS IDENTIDADES AMBÍGUAS

ÉTIENNE BALIBAR e IMMANUEL WALLERSTEIN

“Uma das mais sofisticadas e radicais análises já feitas acerca da questão racial” – Silvio Almeida

Quarenta anos após a derrota do nazismo e vinte anos após a grande onda de descolonização, como é possível que o racismo ainda seja um fenômeno crescente? Quais são as características do racismo contemporâneo? Como ele pode ser relacionado às divisões de classe e às contradições do Estado-nação? E até que ponto, por sua vez, o racismo hoje nos obriga a repensar a relação entre lutas de classes e nacionalismo? Este livro tenta responder a essas perguntas fundamentais por meio de um notável diálogo entre dois gigantes do pensamento crítico contemporâneo.